

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VIVIANE CRISTINA PAIXÃO LOPES DA SILVA

CONHECENDO A ÁFRICA ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: uma
proposta de ação para a Educação Infantil, na perspectiva da Lei 10639/03

Belo Horizonte

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO LATU-SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA-
LASEB

VIVIANE CRISTINA PAIXÃO LOPES DA SILVA

CONHECENDO A ÁFRICA ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: uma
proposta de ação para a Educação Infantil, na perspectiva da Lei 10639/03

Belo Horizonte

2010

VIVIANE CRISTINA PAIXÃO LOPES DA SILVA

CONHECENDO A ÁFRICA ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: uma proposta de ação para a Educação Infantil, na perspectiva da Lei 10639/03

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação básica(LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da África e Cultura afro-brasileira: uma introdução a Lei nº10639/03

ORIENTADORA: Profª Drª: Elânia de Oliveira

Belo Horizonte

2010

S586c
T Silva, Viviane Cristina Paixão Lopes da.
Conhecendo a África através da contação de histórias :
uma proposta de ação para a Educação Infantil, na perspectiva
da Lei 10639/03 / Viviane Cristina Paixão Lopes da Silva. -
UFMG/FaE, 2010.
27 f., enc, il.

Trabalho de conclusão de Curso apresentado junto ao
Curso de Pós-graduação Lato sensu em Docência na Educação
Básica (LASEB) da Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de
Especialista em História da África e cultura Afro-brasileira.

Orientadora : Elânia de Oliveira.
Inclui bibliografia.

1. Educação -- Teses. 2. História oral -- Teses. 3. Relações
étnicas -- Teses.

I. Título. II. Oliveira, Elânia de. III. Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

VIVIANE CRISTINA PAIXÃO LOPES DA SILVA

CONHECENDO A ÁFRICA ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: uma proposta de ação para a Educação Infantil, na perspectiva da Lei 10639/03

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação básica(LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da África e Cultura afro-brasileira: uma introdução a Lei nº10639/03

Orientadora: Profª Drª Elânia de Oliveira

Aprovado em 11 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Elânia de Oliveira

Prof. Dr. José Raimundo Lisboa Costa

Dedico este trabalho ao Antu e a Raissa meus dois amores.

A Deus, pela força e pela coragem.

À coordenadora do Laseb, professora Maria das Graças Bregunci, pela atenção incondicional.

À professora Elânia, pela paciência e dedicação a mim dispensadas.

Às professoras Fernanda e Giselle, pelo apoio na realização do trabalho.

“A escrita é uma coisa e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. Uma herança de tudo o que lhe transmitiram...” (Tierno Bokan)

RESUMO

Este plano de ação parte de uma curiosidade pessoal e da minha prática docente sobre a importância da tradição oral para a formação do sujeito e a organização do pensamento. A partir da análise e reflexão da minha prática pedagógica e do interesse dos meus alunos pela história contada, construímos o projeto CONHECENDO A ÁFRICA ATRAVÉS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS : Uma proposta de ação para a Educação Infantil, na perspectiva da lei 10639/03. Este plano de ação teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre a África e promover uma reflexão acerca da importância da história oral na formação da linguagem e do pensamento. O trabalho objetiva também a um exercício de introdução da Lei 10639/03 nas práticas pedagógicas a partir da educação infantil. O Plano de Ação foi realizado em uma turma de crianças de 4 anos da Unidade de educação Infantil Ouro Minas, situada na região Nordeste de Belo Horizonte. Este plano de ação possibilitou uma nova discussão na Umei sobre as questões étnico- raciais, provocando um repensar acerca das práticas equivocadas sobre o tema que, mesmo inconscientemente, ainda ocorrem no cotidiano de nossas práticas educativas.

Palavras chaves: história oral, educação infantil, Lei 10639/03.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	12
3 O PLANO DE AÇÃO E O SEU CONTEXTO.....	14
3.1 Identificação da instituição.....	14
3.2 Caracterização da escola.....	14
3.3 A ecologia integral.....	16
4 A PROPOSTA DE AÇÃO NA UMEI OURO MINAS.....	17
5 METODOLOGIA.....	18
6 ATIVIDADES REALIZADAS.....	19
6.1 Conto de histórias debaixo da mangueira.....	19
6.2 Brincadeira DAGA (a serpente boa).....	20
7 CONCLUSÃO.....	21
REFERÊNCIAS.....	22
ANEXOS.....	24

1-INTRODUÇÃO

O presente plano de ação, “Conhecendo a África através da contação de histórias: uma proposta de ação para a Educação Infantil na perspectiva da Lei 10639/03”, é um trabalho acadêmico que atende à disciplina ACPP.

A construção, aplicação e análise deste plano é requisito para a conclusão do curso LASEB - História da África e Culturas Afro-brasileiras: Uma introdução à Lei 10.639/03; e obtenção do título de especialista nesta área.

O presente trabalho tem como objetivo levar a cultura Africana para as crianças através da contação de histórias, valorizando a tradição oral que é um valor civilizatório africano. Para aproximar as crianças da cultura africana, foram utilizadas histórias contadas pela avó de uma das alunas da turma, que desenvolve em sua comunidade trabalhos que resgatam e valorizam a cultura africana. Foram desenvolvidos, também, momentos de contação de histórias da literatura africana, brincadeiras africanas e roda de conversas sobre a cultura africana, com a participação de familiares das crianças. Não somente pelo fato da existência da Lei 10639/03 e da obrigatoriedade da sua aplicação, o trabalho com a temática racial nas escolas, partindo da Educação infantil, faz-se necessário pelo valor que se agrega à temática, considerando a diversidade cultural presente nas escolas e a necessidade de que o trabalho na perspectiva da desconstrução de estereótipos e preconceitos comece pela infância. Neste sentido, Nelson Mandela, citado em CAVALLEIRO, 2000 deixa explícito que: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

2- A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os povos da África conheceram várias modalidades de escrita antes que a Europa adotasse o alfabeto romano, tais como as escritas ideográficas do Egito e do reino de Meroé. Conheceriam mais tarde a escrita árabe, que é usada pelos povos islamizados até os dias de hoje. Contudo, tal como acontecia na Europa antes da difusão da imprensa, essas escritas estavam restritas ao uso de profissionais. A maior parte da população não fazia uso delas.

A maioria dos povos africanos vivia, e ainda vive, nas culturas da oralidade. Eles têm a oralidade como um importante instrumento de repasse (resistência) da cultura africana. Os povos africanos que não possuíam a escrita se utilizavam da oralidade para contar e recontar a sua história. Uma figura importante na cultura da oralidade africana são os “griots”, os contadores de histórias.

O desprezo resultante da ignorância dos letrados em relação aos portadores das tradições orais é responsável pela desqualificação das culturas orais. Assim, de certa forma, nega-se a história oral, a literatura oral e o direito costumeiro que as pessoas tem e aprendem no seu cotidiano e na sua cultura. Uma sociedade da oralidade reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação cotidiano, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada naquilo que podemos chamar de tradição oral. A tradição oral é um testemunho transmitido de uma geração a outra.

Nas sociedades que adotaram a cultura da escrita, a palavra falada coexiste com a palavra escrita. Mas para que a palavra falada seja preservada precisa ser convertida em palavra escrita. Nos povos que têm a oralidade como fonte de repasse da tradição cultural, a palavra falada vale por si mesma e é preservada em sua essencialidade na memória da comunidade. Nas tradições veiculadas por meio da oralidade, a palavra vem acompanhada de outras linguagens, além da linguagem verbal, a gestualidade, a microgestualidade, a entonação, a linguagem plástica, entre outras. Quando a linguagem é reduzida à palavra escrita, como no registro único da palavra verbalizada, as outras linguagens são desvalorizadas.

De acordo com o dicionário Aurélio, a linguagem é o uso da voz e outros sons que se articulam formando palavras (as quais podem se articular em frases maiores), para expressão e comunicação das pessoas. (Aurélio, 2008p.518).

A linguagem em si, pode ser bem diversificada. Às vezes é complexa, constituída, ao mesmo tempo, de diferentes elementos, como a gestualidade, os ícones, sons, símbolos, ou palavras. Quando o homem se utiliza da palavra, ou seja, da linguagem oral ou escrita, dizemos que ele está utilizando uma linguagem verbal, pois o código usado é a palavra. Tal código está presente, quando falamos com alguém, quando lemos, quando escrevemos (CHAVES, 2009).

O linguista Hjelmslev, na década de 60 afirma que a linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, ou seja, é a língua concebida como atividade social por meio da qual veiculamos informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. (HJELMSLEV, apud CHAVES, 2009). A linguagem é um processo de aquisição da fala, e principalmente na educação infantil deveria ocupar um espaço privilegiado e de atenção, pois quando a criança começa a falar ela vai organizando seu pensamento e se apropriando do mundo que a cerca. Nesse contexto, Chaves 2009 pontua que:

“A criança passa a se comunicar com mais propriedade a partir do momento em que ela aprende a falar a sua língua materna, a articular sons com significado. O ato de falar é um procedimento comum no nosso dia a dia e nem sempre ocupa grandes discussões nas escolas, principalmente na Educação Infantil”. (CHAVES, 2009 p.230)

A linguagem oral apresenta uma riqueza de valores. Compreender a natureza e função dessa linguagem é de extrema importância para se acompanhar o desenvolvimento de uma criança. É na Educação Infantil que a criança desenvolve a capacidade de prestar atenção à fala, analisando-a em seus diversos segmentos: através do contato com suas famílias, seus ancestrais, seus pares na escola e com a linguagem oral geral. Os referenciais curriculares nacionais da educação infantil evidenciam que:

“Aprender a falar não consiste apenas em memorizar sons e palavras [...] A construção da linguagem oral não é linear e ocorre em um processo de aproximações sucessivas com a fala do outro, seja ela do pai, da mãe, do professor, dos amigos ou aquelas ouvidas na televisão, no rádio etc”. (RCNEI, 1998, p. 126.)

3- O PLANO DE AÇÃO E SEU CONTEXTO

A Umei Ouro Minas foi escolhida para a aplicação do plano de ação, por ser a escola em que trabalho na regência e também por já possuir uma proposta de trabalho que vai ao encontro da minha proposta de ação. A Umei Ouro Minas tem como projeto institucional a Ecologia Integral que está fundamentada nos pilares social, pessoal e ambiental.

3.1 - Identificação da instituição

Unidade Municipal de Educação Infantil Ouro Minas/UMEI Ouro Minas

Rua das Ursulinas, 98 Bairro Ouro Minas.

Fone 3277-1302.

E-mail: umeiom@pbh.gov.br

Anexa à Escola Municipal Professora Consuelita Cândida. Rua Dom Silvério Gomes Pimenta , 301. Jardim Belmonte.

CNPJ da Caixa Escolar da E. M. Profa. C. Cândida

Entidade mantenedora: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Início das atividades 07/04/2009

Inauguração: 01/10/09

Motivação: expansão do atendimento em Educação Infantil

Categoria administrativa: Instituição Pública

3.2 – Caracterização da escola

A Unidade Municipal de Educação Infantil Ouro Minas é uma instituição com atendimento voltado à comunidade da Região Nordeste, em particular os Bairros Ouro Minas, Belmonte, São Gabriel, Dom Silvério, Nazaré e Vista do Sol, tendo seu atendimento voltado a crianças de zero a seis anos dessas localidades.

Por ser uma instituição municipal e pública, a UMEI Ouro Minas segue o padrão de atendimento próprio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), projetada no padrão SUDECAP/GGEI. Possui capacidade para atendimento de aproximadamente 320 crianças. Desse total, 40 crianças estão na faixa etária de zero a dois anos e recebem atendimento em horário integral, ou seja, das 7:00 às

17:00 e estão distribuídas em 4 turmas: 2 de berçário com 6 crianças em cada; 1 turma de 1 ano com 16 crianças e uma de 2 anos com 16 crianças. Para as demais crianças (cerca de 280), com idade entre 3 e 6 anos, agrupadas em 14 turmas, é oferecido atendimento em jornada parcial, no horário de 7:00 às 11:30 ou 13:00 às 17:30.

A organização dessas turmas acontece anualmente, conforme a demanda da comunidade, e todo o processo é acompanhado, desde a inscrição das crianças até a matrícula, pela Gerência Regional de Educação (GERED). A caracterização desse espaço e sua especificidade é destaque no Projeto Político Pedagógico da escola:

“A característica marcante da instituição é o reconhecimento das especificidades da infância nas faixas etárias que atende. Neste sentido procura reconhecer as crianças, as famílias e profissionais como sujeitos de direitos e orientar seu projeto pedagógico para a construção permanente de um espaço social que assegure as melhores condições para estes sujeitos, em especial as crianças, levando-as a se expressarem, serem ouvidas, se sentirem seguras e confiantes.” (PPP UMEI OURO MINAS 2009, p18.)

Essa característica da Umei, assim como seu projeto Institucional de Ecologia Integral, favoreceu o nosso trabalho com a diversidade, possibilitando discussões, diálogos e possíveis mudanças.

Nesse sentido, o Parecer 20/2009, do Conselho Nacional de Educação, e em consonância com a Constituição Federal de 1988 deixa claro que:

“(…) A função das instituições de Educação Infantil, a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal 1988 (art. 3o, inciso I), com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada. A redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos (art. 3o, incisos II e IV da Constituição Federal) são compromissos a serem perseguidos pelos sistemas e ensino e pelos professores também na Educação Infantil. É bastante conhecida no país a desigualdade de acesso às creches e pré-escolas entre as crianças brancas e negras, moradoras o meio urbano e rural, das regiões sul/sudeste e norte/nordeste e, principalmente, ricas e pobres. Além das desigualdades de acesso, também as condições desiguais da qualidade da educação oferecida às crianças configuram-se em violações de direitos constitucionais das mesmas e caracterizam esses espaços como instrumentos que, ao invés de promover a equidade, alimentam e reforçam as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e regionais. Em decorrência disso, os objetivos fundamentais da República serão efetivados no âmbito da Educação Infantil se as creches e pré-escolas cumprirem plenamente sua função sociopolítica e pedagógica.” (PARECER 20/2009 p.32)

3.3 A ecologia integral

A proposta político-pedagógica da UMEI Ouro Minas tem por objetivo orientar suas ações educativas, tendo como eixo norteador o cuidar e educar, práticas estas consideradas indissociáveis. Quando cuidamos, educamos e vice-versa, essa perspectiva orienta o trabalho de todos os profissionais da UMEI, que visam ao desenvolvimento integral da criança.

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-RCNEI do Ministério da Educação-MEC- *“o educar significa (...) propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, ao conhecimento mais amplo da realidade social e cultural”* (RCNEI, Vol.1, pág. 23).

Nesse sentido, considere a UMEI um espaço singular para iniciar o trabalho com a Lei 10639/03, com intuito de não somente levar a África e sua Cultura para a sala de aula, mas também como forma de desenhar um panorama real de trabalho e valorização da diversidade cultural, descortinando o preconceito e a discriminação racial, tanto no seu aspecto invisível quanto visível.

4- A PROPOSTA DE AÇÃO NA UMEI OURO MINAS

O trabalho foi realizado com a turma de 4 anos que tem como mascote as borboletas. A turma da “Borboleta” é uma turma que gosta muito de ouvir histórias, e por isso já havia um projeto de literatura sendo desenvolvido ao longo do ano letivo. Partindo do interesse das crianças de ouvir e contar histórias, na eminência de se trabalhar a temática da cultura africana na sala de aula, resolvi levar a cultura africana para a sala de aula através da contação de histórias, visto que se tratava de uma área de interesse das crianças. Nesse sentido, tivemos os seguintes objetivos no plano de ação:

Objetivo Geral:

- Combater as práticas racistas e discriminatórias dentro da escola e ampliar o conhecimento sobre a África, fortalecendo a identidade étnico racial, usando promover a implementação da lei 10639/03.

Objetivos Específicos:

- Conhecer um pouco da cultura africana, relacionando-a com sua importância na construção do nosso país;
- Ampliar e valorizar o conceito da oralidade como valor civilizatório africano e concebê-la como importante instrumento na construção do aprendizado e do pensamento e da cultura brasileira;
- Ampliar a discussão de forma a se promover uma alteração no PPP da escola.

5 - METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido a partir do segundo semestre de 2010, contemplando os meses de Agosto a Novembro.

Na primeira fase utilizamos histórias contadas que traziam o enfoque africano e da sua cultura, por meio dos livros “ O cabelo de Lelê, Bruna e a Galinha d'angola e As tranças de Bintou. Esses livros foram trabalhados dentro do projeto de literatura na sala de aula. Em seguida, em meados do mês de setembro, a UMEI OURO MINAS estava com um projeto institucional intitulado “A família na umei” . Esse projeto contemplava visitas das famílias das crianças matriculadas na umei para participarem de atividades juntamente com as crianças, assim como transmitir algum conhecimento ou habilidade que possussem para as crianças. Então aproveitamos o enfoque da cultura africana quando tomamos conhecimento que uma das crianças da sala era neta da senhora Eunice (nome fictício), que desenvolvia em seu bairro um trabalho sobre a temática africana. Decidimos, portanto, convidar a senhora Eunice para contar um pouco do que ela sabia sobre a cultura Africana . Nos meses de outubro e novembro a Fernanda, professora apoio da turma das borboletas, desenvolveu juntamente comigo brincadeiras africanas com as crianças, partindo da semana das crianças, no intuito de valorizar as brincadeiras de origem africana. Dessas brincadeiras, destacamos a brincadeira DAGA, que em África quer dizer a serpente boa. Vale ressaltar que as brincadeiras partiam primeiramente de uma contação de histórias para localizar as crianças no universo africano. Após a contação das histórias, sempre abríamos uma roda de conversa, contextualizando as histórias com a temática da cultura africana na sala de aula, para problematizar a temática com os alunos. Os resultados eram sempre surpreendentes, as crianças participavam com relatos de experiências que se aproximavam daquelas vividas pelas personagens dos livros, ou com considerações sobre o que achavam daquelas histórias ou dos contos, e indagavam curiosidades sobre a África. O trabalho também teve como objetivo ampliar a discussão das relações étnico- raciais para o PPP da Umei, tendo em vista que já havia iniciado o processo com outros trabalhos e discussões que vinham ocorrendo na umei, haja vista que a proposta institucional da Umei Ouro Minas já contempla o trabalho com a diversidade e a valorização cultural.

6- ATIVIDADES REALIZADAS

6.1 Conto de Histórias debaixo da Mangueira

Data: 24/09/10

Contadora de Histórias: Eunice(avó da aluna Sarah).

Público alvo: Alunos da turma da borboleta e convidados.

Duração: 60 minutos

Objetivos: Resgatar a cultura africana através da contação de histórias e valorizar a oralidade

Desenvolvimento:

No dia 24/09/10 como parte do projeto “ A família na escola, estive na UMEI, a Avó da aluna Sarah, senhora Eunice. A sra Eunice tem aproximadamente 60 anos, é avó da aluna Sarah da turma da borboleta. Ela foi convidada intencionalmente por mim por ser uma pessoa que já possuía um trabalho sobre as questões étnico- raciais no bairro em que mora e por desenvolver uma reflexão sobre o preconceito racial com jovens e crianças. A D. Eunice contou a história de como os negros haviam vindo da África, através de uma peça teatral. Com intuito de resgatar uma atividade muito característica da África, que é a contação de histórias debaixo de uma árvore, e em rodas, reproduzimos essa experiência contando a história também debaixo de uma mangueira e em roda.

Nesse dia, como estava na semana da família na Umei, havia outras famílias na Umei e estas foram convidadas a participarem junto com suas crianças.

A D. Eunice contou casos, mostrou figuras, estabeleceu algumas provocações sobre o racismo e o preconceito racial, utilizando cartazes e bonecas negras e brancas. Foi muito interessante a atividade e chamou muito a atenção das crianças, dos educadores e das famílias ali presentes. Depois fomos para a sala de aula, onde abrimos uma roda de conversa para falarmos sobre os temas trazidos pela D. Eunice. As crianças novamente muito entusiasmadas fizeram suas colocações, intervenções e algumas perguntas sobre os negros que chegaram ao Brasil vindos da África e falaram também algumas coisas sobre preconceito e racismo. Depois registraram com desenhos como foram pra elas a experiência da contação de histórias ao pé da mangueira.

6.2 Brincadeira Daga (a serpente boa)

Na semana em que é comemorada na escola a semana das crianças, dos dias 4 ao dia 8 de Outubro de 2010, a professora Fernanda iniciou com os alunos uma conversa sobre como as crianças da África brincavam. As crianças ficaram muito empolgadas e curiosas em saber como eram as brincadeiras com as quais as crianças da África se divertiam. A professora Fernanda iniciou o processo de apresentação das brincadeiras africanas através de uma contação de história sobre DAGA, a serpente boa. As crianças ficaram muito interessadas. Em seguida, Fernanda, juntamente comigo e a nossa estagiária Gisele, iniciamos o traçado da brincadeira no chão do pátio inferior da Umei. Em seguida explicamos novamente a brincadeira e as crianças começaram a brincar e se mostraram animadíssimas. Em seguida, fomos para a sala de aula onde realizamos uma roda de conversa sobre a brincadeira. Perguntamos como tinha sido para as crianças, ouvimos seus comentários, fizemos algumas intervenções e em seguida as crianças fizeram um desenho como registro da atividade.

7 – CONCLUSÃO

As crianças se envolveram muito com as brincadeiras, e percebi que ao mesmo tempo em que brincavam e se divertiam, também construíam um universo de relações importantes para um desenvolvimento geral do seu próprio conhecimento e das suas vivências. Recebi relatos dos pais que contavam com grande satisfação o que as crianças haviam aprendido na escola e como haviam levado de certa forma esse conhecimento para suas famílias. Muitas famílias colocaram que as crianças queriam ensinar as brincadeiras africanas para os seus familiares. E o mais importante ainda é que elas falavam com suas famílias a respeito do preconceito e da discriminação, o que acabava provocando inquietações em algumas famílias e também abrindo espaço para novas discussões, o que é altamente positivo.

É importante salientar como essas atividades tão simples, que já fazem parte do cotidiano e da especificidade da educação Infantil, como as brincadeiras e a contação de histórias, criaram possibilidades tão grande para o tratamento de assuntos que a principio são polêmicos e difíceis. Com isso, percebi que é sim possível desenvolver um trabalho coerente, a curto e a longo prazo desvendando não somente os mistérios da África, como despertando os nossos alunos desde a tenra idade a olharem a diferença sem o espelho do preconceito. Nesse sentido, trabalhar a Lei 10639/03 na sala de aula não somente é possível como é necessário e com resultados até mesmo surpreendentes. É claro que muito ainda deve ser feito para que de fato a Lei 10.639/03 seja implementada em cada turma, em cada Umei, com cada profissional. Mas mesmo sendo um pequeno movimento, ele se projeta para um grande trabalho. E esperamos que, com o passar dos anos, o preconceito e a discriminação racial estejam gravados apenas nos livros de história para se recordar.

Devemos aproveitar que hoje contamos com instrumentos como a liberdade de expressão, os direitos humanos e a democracia social, não existe mais desculpas para não promover uma educação que caminhe para a igualdade e para o respeito.

REFERÊNCIAS:

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. SMED. **Eixos para a sistematização do Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil**. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/educacao/pedagogico.pdf>>. Acesso em: 09/06/2010.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. SMED. **Subsídios para o Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil**. 2001.

BOFF, Leonardo. Educar e Cuidar, *In*: KRAMER, Sônia (org.). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005, págs. 78-79.

BRASIL.Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. aprovado em: 7 de abril de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados> Acesso em: 14/06/2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Do parecer no tocante à revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer normativo, n. 20, de 11 de novembro de 2009. Relator: Raimundo Moacir Mendes Feitosa. Publicado no Diário Oficial da União de 09/12/2009, Seção 1, pág. 14. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12745:ceb-2009&catid=323:orgaos-vinculados> Acesso em: 25/06/2010.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

CHAVES, Idalena in. **Proposições curriculares da educação Infantil.** Linguagem oral. Rede municipal de educação e creches conveniadas co a PBh. Belo Horizonte, Secretaria de Educação ,2009.

FERREIRA, Aurélio. **O minidicionário da Língua Portuguesa.** 7ª edição. Curitiba: Positivo,2008.

ANEXO I - Foto da contação de história ao pé da mangueira.



Contadora de história: Dona Eunice
Autora: Viviane Paixão



Contaçon de história debaixo da mangueira

Autora: Janaína Pedrosa

ANEXO II - Foto da brincadeira Daga.



Brincadeira DAGA no pátio da Umei Ouro Minas

Autora: Viviane Paixão



Roda de conversa
Autora: Giselle Campos